

**IC - Inquérito Civil n. 06.2019.00003267-7**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, representada pelo Promotor de Justiça **Alvaro Pereira Oliveira Melo**, ora **CELEBRANTE**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no artigo 127, *caput*, e artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal; no artigo 97 da Constituição Estadual; no artigo 25, inciso IV, da Lei n. 8.625/93; no artigo 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85; e no art. 90, inciso XII, da Lei Complementar Estadual n. 738/2019; e

**NSR FISIOTERAPIA E ESTÉTICA LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 07601142/0001-53, com sede na Rua 1.101, 501, Centro, Balneário Camboriú, neste ato representada por **Naira Santos Rosa**, brasileira, casada, fisioterapeuta, inscrita no CPF n. 006844919-40 e CREFITO/SC sob o n. 64.177-F, residente e domiciliada na Rua 1101 n. 450, apto 01, centro de Balneário Camboriú, ora **COMPROMISSÁRIA**, firmam o presente:

**CONSIDERANDO** que nos termos do art. 127, *caput*, da CRFB o *“Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”*;

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público, pelo disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal e no artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993, possui, dentre suas atribuições, a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, destacando-se, neste aspecto, a proteção do direito à vida, à saúde e ao bem-estar social como elementos essenciais à dignidade da pessoa humana;

**CONSIDERANDO** que, nos termos do art. 6º, I, do Código de Defesa do Consumidor, é direito básico do consumidor *a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e*

*serviços considerados perigosos ou nocivos.*

**CONSIDERANDO** que o referido diploma trata, ainda, da amplitude dos princípios e objetivos da Política Nacional de Relações de Consumo no seu art. 4º: *"A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo [...]"*.

**CONSIDERANDO CONSIDERANDO** que o art. 39, VIII do Código de Defesa do Consumidor estabelece que *"é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes [...]"*;

**CONSIDERANDO** que o Código de Defesa do Consumidor veda em seu artigo 37 toda e qualquer publicidade enganosa ou abusiva: *"Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva. § 1º É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços. [...] § 3º Para os efeitos deste código, a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço"*;

**CONSIDERANDO** que para caracterizar a publicidade enganosa basta a mera potencialidade de engano, não necessitando a prova de engano real, ou seja, a aferição é feita abstratamente, buscando simplesmente a capacidade de induzir em erro o consumidor, não exigindo, para sua configuração, a prova da vontade de enganar o consumidor (STJ, AgRg no AgRg no AREsp nº 224456- SP);

**CONSIDERANDO** que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça, por meio de representação encaminhada pelo Conselho Regional de Biomedicina - CRBm-5, a notícia de suposta irregularidade na prática de procedimentos estéticos na área de biomedicina, como "harmonização facial" (PEIM, Preenchimento facial, Botox) no estabelecimento denominado "NSR FISIOTERAPIA E ESTÉTICA LTDA", em razão da ausência de profissional

capacitado para tanto;

**CONSIDERANDO** que foi apurado nos autos da Notícia de Fato n. 01.2019.00001716-5, por meio de informações prestadas pelo Conselho Regional de Fisioterapia - CREFITO, que o suposto responsável pela prática dos procedimentos de harmonização facial (PEIM, Preenchimento facial, Botox) da empresa compromissária, Alexandre Sanches, não possui capacidade técnica para tanto;

**CONSIDERANDO** que diante da não comprovação da presença de responsável técnico habilitado para os procedimentos anunciados em Biomedicina estética (PEIM, Preenchimento facial, Botox) a Vigilância Sanitária Municipal interditou, como medida cautelar, em 10 de maio de 2019, as atividades relacionadas à Biomedicina Estética;

**CONSIDERANDO** que naqueles autos o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional esclareceu que, embora o profissional fisioterapeuta esteja apto para utilizar o procedimento de aplicação de toxina botulínica com fins estéticos, tal atividade somente será permitida após a regulamentação pelo COFFITO, o que ainda não ocorreu;

**RESOLVEM** celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, com fulcro no art. 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7.347/85, mediante as cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA 1ª** - A compromissária compromete-se, a partir da assinatura do presente termo, a se abster de realizar procedimentos de Harmonização facial (Biomedicina Estética - PEIM, Preenchimento facial, Botox), até que possua profissional capacitado e registrado no respectivo Conselho da Categoria, com capacidade técnica e autorização para tanto, respeitando a medida de interdição cautelar imposta pela Vigilância Sanitária Municipal;

**Parágrafo único:** O descumprimento da cláusula 1ª implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa por evento constatado no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL;

**CLÁUSULA 2ª** - A compromissária compromete-se, a partir da

assinatura do presente termo, a retirar (excluir, deletar), no prazo de 5 (cinco) dias a partir da assinatura do presente termo, todas as veiculações de propagandas, postagens e anúncios pagos relacionados aos procedimentos de Harmonização Facial (PEIM, Preenchimento facial, Botox), até que possua autorização e profissional capacitado para tanto;

**Parágrafo 1º:** A compromissária compromete-se a comprovar o cumprimento integral da cláusula 2ª, no prazo de 10 (dez) dias após o término do prazo assinalado para cumprimento da obrigação;

**Parágrafo 2º:** O descumprimento da cláusula 2ª implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa por cada propaganda, postagem e veiculação não removidos, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL;

**CLÁUSULA 3ª** - A compromissária comprometem-se a pagar, a título de multa indenizatória pelos danos causados à coletividade, o valor de 5 (cinco) salários mínimos, destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL, a ser pago mediante boleto bancário a ser emitido por esta Promotoria de Justiça, em 5 parcelas de um salário mínimo cada, com início em 60 dias.

**Parágrafo único:** O inadimplemento de qualquer parcela implicará no vencimento antecipado de toda a multa indenizatória, exigível com juros de 1% ao mês e correção monetária.

**CLÁUSULA 4ª** - O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida judicial, de cunho civil, contra o Compromissário, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja cumprido.

**CLÁUSULA 5ª** - A comprovada inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas acima, facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título.

**CLÁUSULA 6ª** - As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**CLÁUSULA 7ª** - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 2 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial.

Balneário Camboriú, 22 de julho de 2019.

**Alvaro Pereira Oliveira Melo**  
Promotor de Justiça

**Naira Santos Rosa**  
Fisioterapeuta